

## ATA NÚMERO 4 SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Hélder José Magalhães Ferreira e Eng<sup>a</sup> Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António José Cerqueira Dinis Mesquita, Prof. Dr. Jorge José Magalhães Mendes, Dr. Raimundo Magalhães Carvalho, Dr. Pedro Manuel Barros Pereira, Dra. Lucinda Silva Fonseca Moreira, Dra. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, senhor André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

### **Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:**

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Rui Miguel Ferreira Borges**, Octávia Manuel Clemente, Maria José Castelo Branco, Hélder José Magalhães Ferreira, **Marta Inês Ribeiro Costa Marinho**, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, **Ana Cristina Torres Varejão dos Reis**, Fernando Miguel Sousa Cardoso, José Freitas Ribeiro, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Ana Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Alexandra Maria Matias Magalhães Lopes da Costa, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão  
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho  
FREGIM – Sandra Castro Fraga  
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós  
GONDAR – Hugo Luís Teixeira Vaz  
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro  
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira  
Lomba – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos  
LOUREDO – Alípio Teixeira  
LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto  
MANCELOS – Carlos César Carvalho  
PADRONELO – Joaquim Cândido Leite Moreira  
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva  
SALVADOR – António Gomes Pinheiro – substituído por **Daniel Pimenta Costa**  
TELÕES – Domingos Pinheiro  
TRAVANCA – José Machado Babo  
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo  
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Carlos Alberto Pereira Gomes

UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Lino Manuel dos Santos Macedo

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Tomaram posse nesta reunião os senhores: Marta Inês Ribeiro Costa Marinho, que substituiu o senhor deputado Fernando José Moura e Silva.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Carlos António da Silva Carvalho e António Gomes Pinheiro, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador do Monte.

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à leitura e aprovação da ata da sessão anterior, a de 28 de dezembro de dois mil e treze. Relativamente à referida ata usaram da palavra os senhores:

**FERNANDO MIGUEL SOUSA CARDOSO – AMARANTE SOMOS TODOS**

No uso da palavra, disse que na sua intervenção inserta na página vinte e quatro da ata, está demasiado resumida, o que altera o sentido e a opinião que na altura quis dar acerca do assunto que se tratou no ponto nº 4 da Ordem de Trabalhos. Disse ainda que na devida altura enviou por mail o texto de modo a que este pudesse ser transcrito na íntegra.

Nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que os senhores deputados que queiram ver as suas intervenções reproduzidas na ata na íntegra, devem trazer o texto e entregá-lo na Mesa da Assembleia. Acrescentando que das gravações far-se-á apenas um resumo do que é dito. Dadas as circunstâncias, admitiu a Mesa, que no caso concreto, e só neste, constasse na ata o texto referenciado, e que a seguir se transcreve: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, restantes membros da Assembleia Municipal.

O movimento Amarante Somos Todos considera justo que o procedimento concursal seja renovado, dando seguimento ao compromisso assumido pelo Município e respeitando as expectativas criadas aos candidatos.

O facto de diversas fases dos concursos já terem sido concluídas pelos candidatos torna legítimas as suas expectativas quanto à conclusão dos mesmos.

Consideramos que esses candidatos, não têm responsabilidades sobre a não conclusão atempada do procedimento concursal.

E, nesse sentido, julgamos que as necessidades de pessoal que justificam o concurso, deverão ser colmatadas sem prejuízo dos candidatos e sem prejuízo para o próprio Município que evita assim, o risco de gerar responsabilidade civil sobre o mesmo.

Assim sendo, o movimento Amarante Somos Todos propõe que se renove a autorização de concurso de pessoal, dando continuidade ao compromisso assumido, respeitando o princípio da confiança e cumprindo deste modo com o esperado.

Desejamos ainda, que o procedimento concursal seja eficiente e que assegure, de entre os candidatos, a seleção do melhor para as funções e responsabilidades necessárias.

Aceitamos o argumento de que as organizações são dinâmicas e acrescentam novas exigências e competências mas também estamos convictos de que as pessoas são capazes de se adaptar e responder aos desafios. Saibamos definir-lhes o caminho, integrá-los, envolve-los numa estratégia clara, motivadora e orientadora para o melhor interesse de Amarante.”

Usou de seguida da palavra o senhor deputado **ANTONIO ARAÚJO**, do PSD, que solicitou que na página 10 da ata se introduza a palavra “da água” a seguir a tarifas. Na pagina 18 é também necessário acrescentar no texto a palavra PS no fim da frase: “alguns senhores deputados do PS”. Mais à frente onde se lê: “Em 2010 era de nove milhões e em era de doze milhões de euros, deve ler-se: Em 2010 era de nove milhões e em maio de 2011 era de doze milhões de euros. Alertou ainda para o facto da sua intervenção transcrita na página 18 poder ser mais resumida.

De seguida, usou da palavra o senhor deputado **LUIS VAN ZELLER DE MACEDO**, do PSD, para dizer que não se referiu na sua intervenção “à reunião com gente ligada à EDP”, mas que na altura se referiu a essa reunião com pessoas ligadas à Administração da EDP e com o senhor Secretário de Estado da Energia”.

O senhor deputado **VITOR REI**, do PSD, solicitou também que na página 19 se corrigisse a ultima frase da sua intervenção. Assim, deve passar a ler-se: “É importante referir ainda que é preciso pagar a dívida das obras das Juntas de Freguesia de Gatão e Fridão”.

Por último o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, usou também da palavra, para dar conta de algumas imprecisões no texto da sua intervenção. Assim, na página 21, porque onde se lê 7.000 euros, deve ler-se 7 milhões de euros. No que se refere ao Amarante Cine-Teatro deve ler-se 392 lugares e não 342 lugares. Pediu mais rigor nas transcrições, porque é preciso saber extrair aquilo que se quis dizer e não da forma como está expresso.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da ata da reunião de 28 de dezembro de 2013. Apurou-se o seguinte resultado:

#### **VOTOS CONTRA – 00, ABSTENÇÕES – 04, VOTOS A FAVOR – 47**

Terminada a leitura e aprovação da ata, o senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento aos presentes da correspondência recebida, dizendo-lhes que se assim o pretendessem, a disponibilizaria para consulta.

Prosseguiram os trabalhos com o **PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**.

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

#### **FERNANDO MIGUEL SOUSA CARDOSO – AMARANTE SOMOS TODOS**

No uso da palavra, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se ele mantinha a convicção de que a Barragem de Fridão não vai ser construída, depois da reunião que teve em Lisboa com o senhor Secretário de Estado da Energia?

#### **MANUEL PINHEIRO – PS**

No uso da palavra começou por felicitar o senhor Presidente da Junta de Padronelo, Cândido Moreira, pelo facto deste ter sido eleito para Presidente da ANAFRE, cargo que só dignifica Amarante.

De seguida alertou o senhor Presidente da Câmara para o facto de junto à Ponte de Padronelo haver um cano de esgoto partido a meio, e que neste momento lança dejetos para o rio. "Dá uma má imagem e facilmente se poderá resolver".

Terminou a intervenção questionando o senhor Presidente da Câmara, se a reunião havida no Quartel do Bombeiros Voluntários de Amarante, esteve ligada à intenção de poder ser construído um novo quartel junto aos antigos escritórios da Tabopan, porque é isso que se vai ouvindo.

### **RUI MIGUEL BORGES – AMARANTE SOMOS TODOS**

No uso da palavra o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Restantes membros.

Neste primeiro semestre de 2014 em todas as comunidades intermunicipais, associações de municípios e municípios se debate qual a estratégia que pretendem seguir para atingir os desafios propostos a Portugal pela União Europeia, no quadro da Estratégia Europa 2020 e assim melhorarem as condições das populações que representam. O documento onde estão vertidas estas estratégias chama-se Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI). Desta forma, é importante dar uma atenção redobrada a estes planos e assim garantir os meios necessários à concretização de políticas regionais e locais que permitam a melhoria da condição de vida das populações.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) pretende ser um documento integrador dos projetos que os municípios de uma dada sub-região pretendam candidatar a fundos estruturais, superando a lógica puramente municipal, integrando a lógica intermunicipal e supra municipal.

Enquanto forma de planeamento coletivo e demonstração da capacidade de cooperação entre os municípios, estes Planos são uma forma mais racional, coerente e sistemática, que permite a concretização de um conjunto de investimentos no território em causa, capazes de transformar regiões.

A Estratégia Europa 2020 tem 5 grandes objetivos.

1. Emprego: aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos
2. I&D e inovação: Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação
3. Alterações climáticas e energia: Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990, obter 20% da energia a partir de fontes renováveis e aumentar em 20% a eficiência energética
4. Educação: Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10%; Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior
5. Pobreza e exclusão social: Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social

A pergunta que se impõe é como vamos nós enquanto membro da CIM Tâmega e Sousa, da Associação Municípios do Baixo Tâmega e enquanto Município contribuir para este desiderato no período 2014-2020?

Portugal é defensor da solidariedade na União Europeia entre os diversos membros, no entanto essa não é a prática que o País, as regiões, os Municípios aplicam. É necessário criarmos condições para termos um território coeso, socialmente e economicamente.

A nossa região e o nosso Concelho tem na área Industrial tradição e, mais do nunca, se impõe a aposta nacional em setores geradores de bens transacionáveis, diversificando as fontes de atividade empresarial, de postos de trabalho e amortecendo os efeitos das crises pontuais dos diversos setores. O Município de Amarante tem uma forte tradição na indústria da metalomecânica, nas madeiras e na construção civil. Assim é importante dinamizar esta atividade, capaz de gerar riqueza e emprego.;

Dispondo o Município de Amarante, a par de outros municípios, de recursos ambientais como o Rio Tâmega e as serras do Marão e da Aboboreira, de património construído ímpar, de tradição cultural popular, de grandes vultos da cultura portuguesa com obra mundialmente reconhecida, urge elaborar formas de valorização económica destes recursos, valorizando a sua diferenciação face à oferta de outros territórios. Temos pois capacidade para melhorar a nossa Qualidade Ambiental.

Dada a escassez de recursos financeiros e os desafios a que a Estratégia Europa 2020 pretende dar resposta, é necessário criar condições para uma abordagem integrada. Esta abordagem de base local exigirá cooperação e coordenação entre os diferentes níveis de governação e também entre os atores locais.

Assim, a nossa participação de forma ativa em todas as associações regionais, seja criando pontes, assumindo a liderança de dossiers ou resolução de impasses, permitirá ao concelho de Amarante readquirir a importância e centralidade na região. Vamos portanto ser uma voz ativa e participativa, na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e na Associação de Municípios do Baixo Tâmega”.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra começou por felicitar o senhor Presidente da Junta de Padronelo, pela recente eleição como Presidente da ANAFRE. É concerteza uma honra para Amarante ter um cidadão amarantino neste cargo.

Disse a seguir que vem mais uma vez manifestar a satisfação do PSD, por parecer que há uma luz ao fundo do túnel, designadamente do túnel do Marão. Disse saber que recentemente esteve em Amarante o senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, e ao que parece, já há uma data para a conclusão da obra. Perguntou depois ao senhor Presidente da Câmara se ele podia, nesta altura, adiantar alguma coisa sobre o assunto?

Continuou a sua intervenção dizendo que iria passar a um assunto que lhe é bastante caro, e que tinha por base um comunicado do PS sobre o Tribunal de Amarante. O PSD entende que é demagogia barata e política rasteira. Há também muita incoerência, porquanto os senhores Vereadores do PS votaram a favor de uma proposta na reunião de Câmara sobre o assunto e acabaram de certa forma por serem coniventes com o referido comunicado. É certamente uma prova de vida da nova Comissão Política do PS. Poderá ser um PS a duas vozes, ou poderá ainda ser uma influência de elementos estranhos ao PS, o que torna o processo ainda mais grave. É uma grave falta de honestidade intelectual, evidenciando impreparação e total desconhecimento do assunto, com algum cinismo à mistura.

Como devem saber este assunto vem de há muito tempo. Já em 2012, saiu um documento que referia que o Tribunal de Amarante tinha de reportar os assuntos mais complexos a Gondomar e Valongo. Logo nessa altura o Presidente da Comissão Política do PSD, hoje Presidente da Câmara esteve na linha da frente contra esta medida, apesar do governo ser do PSD. Ao contrário do que aconteceu com o PS noutras situações, nomeadamente com a maternidade, a linha do Tâmega, etc.

O PSD apoiou uma moção que na altura saiu da reunião do Executivo. Fez ainda diligências a nível político, envolvendo a senhora deputada eleita por Amarante e outros deputados do distrito do Porto. Implicou ainda a Comunidade Intermunicipal, que apresentou propostas alternativas, mas a bem da verdade, os grandes heróis foram nessa altura os advogados de Amarante. Promoveram uma concentração, onde

o PSD esteve, juntamente com os outros Partidos, fizeram reuniões com outras delegações. Nessa altura foi designada uma comissão da qual ele próprio fez parte.

Promoveram ainda uma outra reunião realizada no gabinete da senhora Ministra da Justiça. Nesse dia, e quando se preparavam para dar início à dita reunião, ouviram da boca do Chefe de Gabinete que "...afinal vocês já não vão para Gondomar ou Valongo". Era este o sinal que a voz de Amarante se tinha feito ouvir. Valeu a pena a luta.

Continuou a intervenção para dizer que tentaram ainda desdobrar a região. Estava prevista uma Comarca do Porto Este, com a participação de oito Municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, ou seja : Paredes, Penafiel, Lousada, Amarante, Baião, Marco, Felgueiras e Paços de Ferreira. Uma das áreas seria composta por Amarante, Marco, Baião e Felgueiras, tentando que Amarante, pela posição que ocupa na região, ficasse como secção central. Não conseguiram que esta estratégia vencesse. Apesar disso, disseram-lhes que viria para Amarante uma secção de comércio. Surge então em setembro de 2012 um projeto de Decreto Lei com a tal comarca Porto Oeste e com os oito municípios e uma instância de comércio para Amarante. Em outubro de 2012, aprova-se uma deliberação do Executivo em que se pede mais uma secção para Amarante, desta vez um secção cível e família menores. Esta última preocupava-os, porque é uma jurisdição que quase sempre envolve famílias com fracos recursos económicos e que têm dificuldades em deslocar-se ao Tribunal. Entretanto em 2013 surge o último ante projeto de lei sobre este assunto. As competências que enumera, são as mesmas que já constavam em 2012. O atual Executivo fez na altura uma reunião com a presença do representante da Ordem dos Advogados e com todos os senhores Vereadores, tendo sido redigido um parecer jurídico, por forma a dar respostas àquele ante projeto lei. Ao que se sabe essa proposta foi mandada aos senhores Vereadores da oposição para a poderem analisar ou até alterar. Nada foi alterado.

Entretanto foi agendada para 5 de fevereiro uma proposta para a reunião de Câmara. No dia 6 de fevereiro deu eco que a reorganização tinha sido aprovada na reunião do Conselho de Ministros desse dia. A proposta, como já estava agendada foi na mesma discutida na reunião de 10 de fevereiro. O senhor Presidente da Câmara, alertou para a eventual extemporaneidade. O senhor Vereador Dr. Dinis Mesquita, disse que podiam ocorrer alterações entre a aprovação e a publicação. A proposta foi aprovada por unanimidade. Foi então enviada ao gabinete da senhora Ministra da Justiça.

Vem agora o PS falar em impreparação e inoperância e dizer que a proposta é inócua. Isto é baixo, demagógico, cínico e incoerente.

O Executivo, que se saiba, ainda não advinha o agendamento do Conselho de Ministros. Por isso, é muita impreparação e falta de conhecimento do PS.

A proposta afinal acabou por não ser inócua. Ironia das ironias o diploma só veio a ser aprovado em definitivo na reunião do Conselho de Ministros de 20 de fevereiro, pelo que a proposta foi oportuna, aliás a ANMP ainda está neste momento a debater o assunto. Aliás a Ordem dos Advogados também ainda o está a discutir, com a senhora Ministra. Acrescentou ainda que no passado dia 21, na qualidade de representante da delegação de Amarante, teve uma reunião com a senhora Bastonária da Ordem dos Advogados sobre o assunto.

Afirmou a seguir "...como podem ver há muita gente em Amarante que em vez de andar a fazer comunicados anda a trabalhar e a lutar para arranjar as melhores soluções. Em todo este processo nem tudo é mau. Vamos ter um tribunal de comércio, onde virão todos os municípios acima referidos. Pela primeira vez, e em muitos anos, em vez de irmos para fora, vêm os outros para cá, além de que há um critério de especialização que melhora a replicação de justiça. Não estamos satisfeitos, nem concordamos em grande parte com o que está a ser feito, mas há em todo o processo aspetos muito positivos". Disse ainda que "Tem estado desde o início envolvido no

assunto. Tem lutado para a defesa dos interesses de Amarante, com a colaboração do Dr. Dinis Mesquita, por isso é que estranha muito esta incoerência. Custa-lhe que o PS de forma ligeira e demagógica venha agora emitir um comunicado acerca de um assunto tão sério".

Terminou dizendo que não esperava isto, e por isso, continua a pensar que o comunicado não veio do verdadeiro PS. "Na política, como em tudo é preciso seriedade, honestidade intelectual e responsabilidade".

### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, começou por dizer que o PS nunca se opôs a que a comunicação social estivesse presente nas reuniões da Assembleia. De seguida dirigiu-se ao senhor Presidente da Câmara, perguntando-lhe se pretende fazer uma alteração orçamental, para que em março as juntas possam já avançar com algumas obras, porque na altura em que foram discutidos os documentos previsionais, foi prometido que no prazo de dois meses essa transferência ia ser feita. Até hoje ainda não foi cumprido o calendário prometido.

Continuou a intervenção, para dizer que quem ouvir o Dr. Araújo, fica com a ideia que o PS andou sempre atrás do PSD nesta questão do Tribunal. Esquece-se é de dizer que o problema começa em 2008 e a proposta do PS previa uma centralidade do Tribunal em Penafiel e uma outra em Amarante. Logo que foram conhecidas as linhas estratégicas da reforma administrativa, em 2012, o PS na Câmara aprovou por unanimidade uma proposta, que na altura foi trabalhada em conjunto com o Dr. Araújo, na perspectiva de se oporem de imediato às alterações que iriam acontecer, uma vez que era demasiado irrealista a ligação a Valongo. Daí, ele ter ouvido na reunião em Lisboa que já não iríamos para Valongo. Posteriormente a essa proposta houve uma reunião com a Ordem dos Advogados, onde a Câmara se fez representar. Diga-se que foi a proposta da Câmara que a Ordem enviou à senhora Ministra da Justiça. E é aqui que refutamos que se diga que o PS andou a reboque do PSD ou da Ordem dos Advogados.

Nesta questão, devemos estar todos de acordo que o Tribunal vai perder bastantes competências e essencialmente vai obrigar as pessoas a deslocarem-se para Paredes, Penafiel, Lousada e Marco no que diz respeito a Família e menores, que é a que mais preocupa, mas também nas ações cíveis superiores a 50.000 euros.

O comunicado do PS, é o comunicado que o PS entendeu ser oportuno. Não é um PS a duas vozes, e não é um PS dividido. É um PS unido que resultou do último ato eleitoral. Seja como for, a vida interna do PS, fica na casa do PS e não é para a Assembleia Municipal. A questão da oportunidade do comunicado e como o Dr. Araújo refere, a última proposta foi conhecida em outubro de 2013, sendo que a proposta do senhor Presidente da Câmara foi apresentada em fevereiro. Foi esta a falta de oportunidade que levou a que se fizesse o comunicado. No mais, continuamos disponíveis para lutar por uma melhor justiça e um melhor acesso à justiça por parte dos Amarantinos. A melhor solução para o tribunal de Amarante deve ser encontrada na região do Tâmega e Sousa privilegiando a centralidade em Amarante e Penafiel.

### **CÂNDIDO MOREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE PADRONELO**

No uso da palavra disse que relativamente ao problema do Tribunal não vai dizer nada. Ficou esclarecido acerca de que lado o PS está nesta questão.

Nunca dirá ao PSD aquilo que eles devem fazer. O contrário também não aceita. O PS está coeso e vai continuar a fazer uma oposição séria. "Olhem para dentro e não se preocupem com a casa dos outros".

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra disse que em primeiro lugar concorda que estejam de acordo quanto aquele assunto. Perguntou a seguir se era com comunicados daquele tipo que se revela aquela atitude conjunta?

Em segundo lugar deixou uma pergunta à Dra. Octávia e ao professor Cândido Moreira, se por acaso eles se reviam naquele comunicado?

Em terceiro lugar, e quanto à questão da oportunidade, viram que houve essa oportunidade. Por ironia houve.

Em quarto lugar, mesmo que não tivesse havido esta proposta, a sua conclusão era exatamente, a mesma a proposta que saiu da Câmara em outubro de 2012, ainda no anterior Executivo. De outubro, de 2012 a setembro de 2013 o que fizeram relativamente a este assunto?

Foi pedido o desdobramento em Amarante para mais um secção cível, ações de mais de 50.000 euros e uma secção de Família e Menores. Neste contexto, Felgueiras e Paços de Ferreira também não ficam com nenhuma instância central. Amarante ainda tem algum aspeto positivo. Também é preciso ver que em 2008 não se fez a reforma, como também não se fizeram outras. A senhora deputada esqueceu-se de dizer que também está no memorando da troika a obrigatoriedade de fazer essa reforma. Mas há muito ainda para falar sobre este assunto.

Proseguiu a intervenção referindo-se à macro estrutura, mais concretamente ao chumbo da mesma pelos senhores Vereadores do Partido Socialista.

A estrutura é o pilar fundamental para o bom funcionamento de qualquer organização, principalmente para uma organização como a Câmara que tem mais de 500 funcionários.

Este Executivo, procurou alterar a estrutura até para abranger áreas que não estavam contempladas, como por exemplo o empreendedorismo, o apoio ao investimento, às Juntas de Freguesia e os fundos comunitários.

Encomendaram um estudo à Escola de Gestão do Porto, Business Scholl da Universidade do Porto, uma das melhores universidades portuguesas, com pessoas de reputadíssima qualidade, como o Professor Daniel Bessa que aliás já fez um trabalho igual para a Câmara de Felgueiras e para a do Porto. Estudo aliás que trazia uma visão externa, conhecimentos científicos e isenção. Poderia equacionar-se o preço, mas a qualidade paga-se. O preço foi o mesmo que foi cobrado a Felgueiras há quatro anos. Pode até ser pouco significativo se servir para aumentar a eficácia. Foi neste e noutros assuntos que o PSD entende que o PS estagnou. O PSD já está noutro patamar.

O PS parece que ainda não entendeu a mudança que se deu com as eleições de setembro

Não entendem que neste novo modelo de gestão a reorganização não serve para concretizar mais um jogada no tabuleiro político. Aliás basta ver a declaração de voto dos Vereadores do PS para ver a forma ligeira de como abordam esta questão.

Quando o atual Executivo se propõe contratar os melhores, para encontrar as melhores soluções, os senhores Vereadores do PS falam em renominar ou fazer uma alteração aqui ou ali. Com isto fica claro aquilo que nos separa. Temos a certeza que o Executivo vai tentar continuar a procurar a melhor solução para a estrutura do município, servindo assim melhor os interesses do nosso concelho. Aliás, não deixa de ser irónico que depois de sabermos que os senhores Vereadores do PS tanto criticaram o preço, fazem na sua declaração de voto uma referência ao célebre estudo da reorganização urbana feito na pré-campanha eleitoral em 2009. Dizem eles que apenas custou 75.000 euros. Tanto quanto se sabe esse estudo foi parar à gaveta.

#### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, disse que o PS não chumbou a proposta de reorganização dos serviços. O PS votou vencido. a proposta que foi aprovada com o votos do PSD e do senhor Vereador Independente. O que o PS não aceitou e rebateu foi que era uma



proposta de aquisição de um serviço extremamente caro que não se justificava, face aos tempos que atravessamos. Fazer uma prestação de serviços por 75.000 euros mais IVA para fazer uma reorganização de serviços parece muito caro. Nós admitimos que o Executivo queira alterar o organograma. É o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores que vão trabalhar com os funcionários da Câmara. Podem e devem escolher o que de melhor houver para imprimir mais eficiência e eficácia aos serviços.

Aquilo que foi criticado foi o facto de se ter recorrido a um serviço externo que tem um custo elevado. Pelos vistos tinham razão, porque o serviço custou 50.000 euros. Não sabe em que ponto está e também se a Escola aceitou este valor.

Por outro lado, não tem comparação o valor que a Câmara gastou em tempos com o estudo da regeneração urbana. O estudo está na gaveta, porque ainda não foi possível utilizá-lo.

Ainda quanto à reorganização dos serviços, continuamos a entender que face à lei que foi aprovada e que coloca a Câmara de Amarante, face à dimensão que tem numa situação de difícil gestão, vamos passar de 16 ou 17 chefias para muito poucas, o que vai tornar a gestão muito complicada. Mas vai ter de ser assim por força da lei. É com base nos novos números que o Executivo vai ter de apresentar um novo organograma. Esta proposta tem de ser mais política do que técnica. Foram na altura estas as reservas que o PS levantou.

### **PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSÉ LUIS GASPAR**

No uso da palavra começou por dizer ao senhor deputado Fernando Miguel Cardoso, que a sua posição relativamente à barragem de Fridão, não tem que ver com convicção, mas sim com o facto de ter ido a uma reunião a Lisboa, com a administração da EDP e com o senhor Secretário de Estado, tendo-lhe sido dado nota que por parte da EDP havia a vontade de adiar a decisão para 2018, atendendo a que os estudos que eles têm não faria qualquer sentido avançar agora com a obra, até porque a procura de energia tinha baixado cerca de 35%. A fazer fé nisto, e com o decréscimo de consumo de energia que agora se verifica, incluindo ainda as outras barragens que vão ser construídas, seguramente não seria necessário fazer nesta altura a barragem de Fridão.

Acrescentou a seguir que na passada sexta feira, foi a uma reunião a Lisboa, com o senhor Ministro do Ambiente, juntamente com os senhores Presidentes das Câmaras de Celorico de Basto, Mondim, Cabeceiras e Ribeira de Pena. Nessa reunião o senhor Ministro disse-lhes que a EDP solicitou o adiamento da obra, para que em 2018 pudesse tomar uma nova decisão. Contudo, o governante deu a entender que da parte do Executivo Central não haverá essa abertura, pois iriam notificar a EDP, para agendar uma reunião, onde provavelmente o ponto em discussão será o valor da verba paga pelo ao Governo em 2008. Pensa que será a questão da devolução do dinheiro que está na origem dessa reunião. O senhor Ministro ficou de dar nota das conclusões da reunião. Teme que eventualmente a barragem possa vir a ser construída. Na dita reunião fez questão de dar a conhecer ao senhor Ministro qual era a sua posição relativamente ao assunto. Sempre foi contra a construção da Barragem e sempre defendeu esta posição, embora sabendo que ela será ou não construída, independentemente da sua vontade ou daquilo que lhe vai na alma. Espera contudo que haja um recuo.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Manuel Pinheiro, a quem disse que também se congratulava com o facto de ter sido eleito para a presidência da ANAFRE o senhor Professor Cândido Moreira. Relativamente ao problema do saneamento em Padronelo, agradeceu-lhe a informação e garantiu que iria dar instruções aos Serviços para que estes prontamente resolvessem o problema.

No que respeita à questão que lhe colocou sobre a visita ao quartel dos Bombeiros Voluntários de Amarante, disse que a efetuou a convite da Direção. E que

nessa visita a Direção dos Bombeiros o alertou para o facto do quartel estar a precisar de obras, o que confirmou. A forma como o Município se poderá envolver nas obras ainda está a ser equacionada. Na altura teve em conta o facto da GNR poder passar para as instalações dos Bombeiros e estes poderem eventualmente ser instalados num dos edifícios da primeira linha da antiga Tabopan, aliás posição e vontade de muita gente, mas que até hoje não teve seguimento.

Alertou contudo, que tudo isto são apenas sugestões, uma vez que há um protocolo e um acordo assinado para que as instalações da GNR sejam transferidas para as antigas instalações da Adegua Cooperativa. Informou a seguir que no seguimento dessa visita, oficiou para o gabinete do Senhor Ministro Miguel Macedo, para marcar uma reunião onde lhe daria conta destes problemas. Esteve entretanto com ele e trocaram algumas impressões. Pensa que dentro de pouco tempo terá desenvolvimentos para apresentar sobre este assunto.

Continuou a sua intervenção para dizer ao senhor deputado António Araújo, que relativamente ao túnel do Marão, e numa recente visita ao local, com outros autarcas envolvidos no problema, foi lá garantido que a obra na sua totalidade estará encerrada em dezembro de 2015. Espera que esta promessa seja cumprida. O concurso foi agora lançado, sabendo-se que o túnel demora cerca de mais nove meses a estar totalmente perfurado. O resto das obras demorarão menos tempo. Esse prazo tem de estar cumprido em 2015, para que se não percam os fundos comunitários. São ainda necessários 204 milhões de euros para concluir os trabalhos.

Quanto ao assunto do Tribunal disse que já tudo tinha sido dito.

Relativamente aos acordos de execução, já tem agendada uma reunião para a próxima quarta feira. Em março provavelmente as Juntas ainda não irão receber qualquer verba. Mas, em abril, vai ser feita uma revisão orçamental e aí sim, nessa altura, serão ajustados os acordos de execução e a forma de os concretizar.

Em abril se os acordos forem conseguidos serão então pagos os meses de março e abril. Ressalvou ainda que não há a obrigação da Câmara fazer estes acordos.

Respondeu de seguida à senhora deputada Octávia Clemente a quem disse que já em 1994, há 20 anos o Executivo de então aprovou uma proposta para a implementação de um sistema de gestão para a Câmara de Amarante, realizado pela Universidade do Minho. Na altura, foi aprovada uma verba de 10530 contos. Será que há 20 anos atrás isso não seria um absurdo? E pasme-se, porque este estudo foi feito e foi parar à gaveta, porque um senhor Vereador entendeu que não devia ser posto em prática. O Dr. Francisco Assis, então Presidente da Câmara, defendia que fazer a reorganização dos serviços com uma equipa capaz, não era uma despesa. A senhora entende de outra forma e como tal fica com a sua opinião.

### **CANDIDO MOREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE PADRONELO**

No uso da palavra, perguntou se o estudo que agora fizeram também é para ir para a gaveta? Que estratégia foi usada? Fazer inquéritos é fácil. Fazer um estudo baseado em inquéritos é que não lhe parece muito correto. Não vai ser ele a decidir que são os técnicos que entram e os que saem. É preciso o apoio da parte de quem sabe de modo que possam ser criadas valências. Os tempos hoje são outros.

Terminado período de antes da ordem do dia passou-se de imediato ao período destinado às intervenções do público presente que para isso se inscreveu.

Assim, usaram da palavra os senhores:

### **PAULO BARREIRA**

No uso da palavra, perguntou se afinal a Câmara vai ou não comprar o terreno junto às antigas fábricas da Tabopan, espaço esse que pelo que se sabe a Direção dos

Bombeiros aceita. Fala-se num valor de 4 milhões de euros a pagar aos Parques EDT. A ser verdade o que se ouve, parece-lhe muito dinheiro. Qual a verdade em tudo isto?

Referiu-se de seguida há também falada compra da quinta contigua ao Parque Florestal, onde a Câmara pretende, pelo menos foi prometido, construir um pavilhão multiusos para 25.000 pessoas. Porquê um tal pavilhão? Fala-se também noutra junto ao edifício Cristal Center. Mas afinal quanto custarão todos estes terrenos?

Afinal parece que a GNR já não vai ser alojada no espaço da antiga Adega Cooperativa. O que vai ser feito naquele espaço? Em tempos o senhor Presidente da Câmara votou a favor da ida para aquele local. O que o faz agora mudar de opinião?

### **ELISA ANTUNES**

No uso da palavra referiu-se ao contrato da PP com as águas do Noroeste. O que é que se está a passar? Já há uns tempos que não se houve falar do assunto? Em que situação está o processo?

Afinal quando é que os Municípios/Consumidores irão receber a primeira fatura da empresa Águas do Noroeste?

Todos sabemos que os valores serão muito superiores aos que agora se praticam. Mas qual será em concreto o valor do agravamento?

Que tipo de apoio social o senhor Presidente está a pensar implementar para apoiar as famílias mais carenciadas?

O que vai acontecer aos funcionários?

Terminou a intervenção, questionando ainda o senhor Presidente da Câmara se podiam os Amarantinos continuar a contar com a posição dele relativamente à construção da barragem de Fridão, independentemente do que possa vir a acontecer?

### **HENRIQUE RIBEIRO BAPTISTA**

No uso da palavra, o senhor Henrique Baptista fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

“É a terceira vez que subo a esta tribuna na humilde qualidade de cidadão Amarantino.

Muitas mais vezes espero cumprir a prerrogativa de cidadão deste concelho. E faço-o na convicção de que o desenvolvimento da nossa terra e o progresso da nossa sociedade não é um exclusivo só dos eleitos.

Por isso, no uso do direito que a Constituição e o Regimento me confere, trago aqui algumas questões que me levantam fundada preocupação:

**1 – QUEM É O SENHOR PROPRIETÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMARANTE?**

Jamais imaginaria que, algum dia, pudesse assistir ao arrojo da exorbitância e do excesso no mando, vertida contra um cidadão zeloso e cumpridor dos seus deveres contribuintes.

O insólito que presentemente faz de Amarante uma terra ainda mais incomum, faz de alguns indivíduos seres inqualificáveis na sua insensatez e na estirpe viral.

Vem a propósito a cena deplorável com que, no dia 26 de novembro do ano transato, fui brindado ao ser tratado como um perigoso (des)conhecido nos Paços do Concelho.

Entrado no edifício-sede do concelho para pagamento da fatura da água, o mesmo espaço onde por vários mandatos cumpri escrupulosamente a função de deputado municipal, e quando me dirigia ao 1ª andar, fui interpelado pelo senhor da segurança (de forma educada, é certo, e com ar embaraçado) de que "estava impedido" de subir ao primeiro andar "por ordens expressas do Sr. Bruno Carvalho".

Perante a escabrosa situação em que me quiseram envolver, solicitei a presença do tal senhor e o mesmo, presencialmente, me confirmou que estava impedido de subir

ao primeiro andar a menos que "o solicitasse por escrito" para o efeito, ficando na dependência de que fosse autorizado a subir ao andar superior.

Em contextos pós-eleitorais é normal que mudem os "chefes" e os "peões", se revejam regras anteriores e que mudem alguns procedimentos. Mas é absolutamente inqualificável uma tal atitude descricionária e persecutória proveniente de agentes de uma instituição pública de proximidade como a Câmara Municipal de Amarante, com elenco ainda em início de mandato (2013-2017), dirigida a um só cidadão, de todos conhecido.

É, também, do conhecimento público que, diariamente, entram dezenas de cidadãos sem fazerem parte dos quadros do Município, para tomarem café, tomarem o pequeno almoço, almoçarem, lancharem, pedirem eventuais informações.

Será que não se lembram que saem do erário público subsídios para comparticipação da existência destes serviços, incluindo o bar e o refeitório?

Valha-nos Deus!...

Sr. Presidente, apelo a V.a Ex.cia para que interceda pelo esclarecimento necessário, quanto ao facto de ter sido impedido de subir ao 1º andar, espaço público do Município.

## 2 – UMA LANÇA FERRADA NA LIBERDADE PELO ABUSO E PELO ABSURDO

Se há algum compromisso que me faz intervir publicamente, esse é para com Amarante. E fica a dever-se à minha obrigação de contribuir para o seu progresso, na função de cidadania que devo assumir perante os amarantinos.

– Assim,

Sr. Presidente, solicito a V.a Ex.cia que interceda junto da Câmara Municipal de Amarante no sentido de virmos a ser esclarecidos, se existe alguma diretiva (passada ou presente) dimanada do Executivo, da sua Presidência ou da Ex.ma Vereação, quanto ao uso indiscriminado e em benefício próprio de viaturas pertença da nossa autarquia, por parte de eleitos ou funcionários?

## 3 – AS ARTES DA POLÍTICA SÃO AS ARTES DE VIDA

É um facto que a persistência raramente demove a intransigência e a falta de inteligência, quando esta é levada ao extremo.

Não me lembro de sair mascarado nem receoso de quaisquer naturezas espectrais. Estou na política como estou na vida. Por diversas vezes, já o afirmei, defendo as causas em que participo, sirvo valores e sigo princípios.

E por isso uma vez mais, Sr. Presidente, apelo a V.a Ex.cia para que interceda pelo esclarecimento necessário por parte do órgão Executivo Municipal, quanto ao facto de, sistematicamente, serem nomeados para representação da edilidade os assessores do Município e não quem tem o dever e o direito de nos representar.

Serão questões da modernidade dos novos tempos Yuppi ou algum lapso de interpretação dos princípios em que enforma a democracia?

## 4 – ERROS POLITICOS DE PACOTILHA

Aquilo que outros poderão intencionalmente fazer crer como argumento sem fundamento político ou de mera natureza pessoal, não passa de erro de análise e de deficiente interpretação da razão da minha postura, da causa dos meus atos e da origem das minhas intervenções.

Na política a causa são as pessoas e as preocupações com que nos confrontamos.

– Assim, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que razões objetivas podem estar subjacentes para que numa visita recente do nosso Primeiro Ministro ao nosso concelho o mesmo não tenha sido recebido nos Paços do Concelho?

Disse”.

**JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por se dirigir ao senhor Paulo Barreira, dizendo-lhe que não lhe vai responder àquilo que ele diz que ouviu dizer. Não tem resposta para isso e por outro lado, nunca ouviu falar dos milhões que o senhor Paulo refere.

Respondeu de seguida à senhora Elisa Antunes, a quem disse que o Tribunal de Contas pode ou não viabilizar o processo da transferência das águas. A convergência tarifária era para se iniciar entre 2013 e 2017. Vai mesmo acontecer em 2017. O tarifário terá um aumento na ordem dos 325% em 4 anos. Nessa altura, o apoio às famílias carenciadas vai ser dado. Há muitas famílias que vão precisar dele.

Relativamente aos funcionários, já reuniu com os 58 funcionários afetos ao Serviço de Águas Saneamento. Nunca ninguém tinha falado com eles e a primeira reunião com a presença de alguns dos administradores da Águas do Noroeste, correu mal. O Presidente das Águas do Noroeste tinha prometido em tempos que íamos ter em Amarante uma unidade operativa. Um dos administradores disse mais tarde que isso ia ser complicado. Perante isto, disse-lhe que enquanto tudo isto não estiver esclarecido, não haverá acordo nenhum. Se vier a acontecer a transferência, os funcionários irão manter todos os direitos que têm enquanto funcionários da Câmara. Só não recebem o salário pela Câmara.

Quanto à barragem de Fridão, continua a ter a mesma opinião que tinha. É contra a construção.

Disse de seguida ao senhor Henrique Baptista, que aqui não é mais importante que ninguém. O atendimento no edifício da Câmara faz-se no rés do chão. O andar de cima é de acesso ao Executivo, técnicos e restantes funcionários.

Quando o senhor engenheiro Henrique Baptista, precisar de tratar algum assunto no primeiro andar, deve fazer anunciar-se, e esperar pela sua vez para ser atendido.

Quanto ao uso indevido das viaturas, disse-lhe para fazer chegar a queixa de quem é que afinal anda com as viaturas fora das horas de serviço e onde. Se quiser ser sério e honesto faça-o e ele tomará as medidas necessárias.

Terminou a intervenção dizendo que o Presidente da Câmara vai a todo o lado sempre que é convidado e pode. Quando não pode, faz-se representar. Vai continuar a ser assim.

Quanto ao senhor Primeiro-ministro ter estado em Amarante, disse que ele não foi convidado pelo Município. O executivo foi apenas um dos convidados.

O senhor **Henrique Baptista**, pediu de novo a palavra para dizer que a sua honra foi posta em causa e não admite isso ao senhor Presidente da Câmara, nem a ninguém.

Por sua vez, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse concordar com o senhor Presidente da Câmara, alertando o senhor Henrique Baptista para a obrigação de fazer prova de quem está a fazer peculato de uso.

Disse ainda que a partir desta data, as pessoas do público que queiram usar da palavra, devem fazer previamente a sua inscrição, até para que o senhor Presidente da Câmara venha preparado para responder. Vai passar a cumprir rigorosamente o Regimento da Assembleia Municipal.

Entretanto, permitiu, ainda que excecionalmente, que o senhor **ANTÓNIO ADELINO** usasse da palavra, uma vez que não tinha sido anotada a sua inscrição. No uso da palavra o senhor António Adelino disse o seguinte: «Sr. Presidente, para encerrarmos o tema da equidade, mais concretamente a distribuição gratuita de livros aos alunos do 1º ciclo, chamo à colação o Engenheiro Guterres, que enquanto 1º Ministro tirou os abonos às famílias não necessitadas, e com esse “remanescente” permitiu a subida do montante àquelas que realmente necessitavam; coisa parecida podia o senhor fazer, dar os livros apenas e só aos alunos carenciados, contemplando-os ainda com material escolar, fruto da dispensa àqueles que não têm necessidade deles (livros); deixe fazer-lhe uma confissão: foi depois de ler uma entrevista ao Dr.

Filipe Meneses, nas proximidades das Autárquicas, em que afirmava que caso viesse a ser Presidente (da Câmara do Porto) oferecia os livros a todas as crianças do 1º ciclo (quer tenham ou não necessidades) e ao comentar com uma pessoa que lhe é cara, disse «este gajo não se enxerga, é um demagogo, um populista, farta-se de fazer “garotices” ao Dr. Rui Rio, desde o fogo de artifício, ao El Corte Inglés, amizade (artificial) com Pinto da Costa, etc. etc.», que não me sentia bem comigo mesmo se me mantivesse calado perante a medida que o senhor propõe e que em tudo é igual a dele.; já agora Sr. Presidente da Assembleia se me permite gostaria de concluir o relato do episódio que envolve esse senhor (Filipe Meneses) e o Dr. Albino Aroso (grande Português, “pai” do planeamento familiar, escolhido para fazer parte da lista dos 100 médicos do mundo dedicados à causa pública) que havia iniciado numa assembleia e que foi interrompido; dizia eu, que estando no Porto e tendo conhecimento que o Dr. Meneses era o orador no Clube de Pensadores fui assistir, o assunto da conferência era “ética e princípios” e então ocorreu-me perguntar-lhe «se coaduna (a ética e os princípios) com o caso dumas eleições (concelhias ou distritais, não sei ao certo) marcadas por ele (Filipe Meneses) na altura em que o Dr. Albino Aroso, seu adversário na peleja, estava a receber tratamentos médicos lá fora, mais ainda, contei-lhe a cena dum filme que tinha visto em que numa prova de estafeta de crianças, um dos elementos dum das equipas sendo mongoloide (trisomia 21) e quando iniciava a sua prestação apercebe-se que o seu adversário da pista ao lado havia deixado cair o testemunho (objeto que se entrega ao colega de equipa) e ele não tem mais nada, espera que este o apanhe do chão, e só depois de se certificar que está em condições é que retoma a sua prova, Dr. Filipe Meneses temos muito a aprender com os ditos “anormais”, atrasados mentais, por contraponto aos ditos normais e “adiantados mentais”, que se o são é somente em gestos de egoísmo, calculismo, cinismo já que em questões de altruísmo, espontaneidade, pureza são muito mais rápidos do que os ditos normais e alguns ditos “adiantados mentais” ;»

Das questões a colocar ao Sr. Presidente da Câmara, uma é a seguinte: quando é que se termina o troço da ciclovia que por enquanto permanece em terra batida? e E uma vez que como o Sr. Presidente teve oportunidade de dizer, a EDP, na melhor das hipóteses, só lá para 2022 poderá avançar com a barragem (oxalá nunca avance) e como esta situação tem um responsável (EDP), do piso ainda não estar pronto, sugiro-lhe que se conclua a obra e envie a conta à EDP.

A outra, prende-se com o seguinte: tem-me deixado intrigado o facto de grande parte das pessoas que usam esta tribuna se congratularem por finalmente a imprensa estar presente (já Thomas Jefferson, terceiro Presidente Americano, afirmava «entre ter um governo sem jornais ou jornais sem governo prefiro esta última»), e a única coisa que mudou de antes para agora foi o Executivo Camarário, o que me leva a pensar que a causa da ausência da imprensa seria o Executivo anterior, e portanto, não acha que o Dr. Armindo Abreu, (atual Presidente da Assembleia) deve uma explicação, embora sabendo de antemão que as regras regimentais o impeçam de falar, abre-se uma exceção, pois o assunto é deveras importante, bem como o responsável da imprensa estar presente nesta sala?

### **JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra disse ao orador anterior que o apoio escolar, com a oferta de livros, tem a ver com aquilo em que acreditamos e com a preocupação de ajudar as famílias mais jovens com dificuldades. Se a Câmara comprar quantidades razoáveis conseguirá certamente um bom preço, que permitirá ajudar um elevado número de famílias.

Quanto à ciclovia disse-lhe que a parte que fala é da área de Celorico. Relativamente à imprensa, disse que era bom que estivessem sempre presentes e que da mesma forma cobrissem também outras atividades do Município.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Neste período da Assembleia Municipal, usaram da palavra os senhores:

### **LUIS RUA VAN ZELLER DE MACEDO – PSD**

No uso da palavra começou por questionar o senhor Presidente da Câmara acerca do desenvolvimento das alterações ao PDM, nomeadamente no que diz respeito à REN e RAN. Sabe que uma e outra estão com andamentos diferentes. A REN está mais adiantada que a RAN. Porquê este desfasamento, embora se saiba que no final ambos os processos vão ter de convergir.?

### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra começou por dizer que registava com agrado a situação financeira e a atividade do Município. O valor das disponibilidades financeiras é ótimo.

Alertou para o facto do relatório passar do ponto número 1 ao ponto número 3, página 5 do relatório. Falta então a parte do endividamento e por isso gostava de saber qual o endividamento total e atual do Município.

Na parte que diz respeito às representações da Câmara, refere-se uma visita a Vila Meã, a convite do senhor Raimundo Magalhães. Que grande visita foi esta?

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu-lhe, dizendo que há efetivamente uma gralha técnica no relatório. O próximo já vai ser corrigido. O lapso tem a ver com a Lei 65/2013, uma vez que a nova forma de expressar o endividamento vem plasmado no ponto número 4

O convite que referiu foi feito pelo senhor Vereador Raimundo Magalhães, na qualidade de Presidente da Associação que representa, para que fosse ver as obras levadas a cabo no edifício da Associação Raimundo Magalhães. Terminou dizendo que ficou encantado com as obras que deixarão aquele espaço funcional e atrativo.

Deu de seguida a palavra ao senhor **VEREADOR JORGE MENDES** que disse ao senhor deputado Luís Van Zeller, que é verdade que relativamente ao PDM, a RAN foi à frente. Aliás foi proposta no início de agosto e entregue um dossier para que o PDM não caísse e pudesse beneficiar de uma disposição transitória que permitiria ao Executivo continuar a trabalhar no PDM. Depois disso, e logo a seguir à tomada de posse do novo Executivo, teve uma primeira reunião na CCDRN para fazer uma análise ao dossier do PDM. Relativamente à REN ela está neste momento quase “empatada” com a RAN. Para a REN houve muito recentemente uma reunião para acertar o processo, porque a parte final que falta delimitar tem a ver com as linhas de água. As primeiras, as segundas e as terceiras linhas de água. Paralelamente todos os elementos do PDM têm vindo a ser desenvolvidos.

Quanto à RAN tem-se vindo a trabalhar com a entidade que supervisiona a RAN do nosso PDM. Foram feitas várias reuniões quer na CCDRN quer na Câmara. Já foi feita uma primeira proposta de RAN. A entidade tem vindo a trabalhar com os técnicos no sentido de acertamos a rede agrícola nacional, está numa evolução positiva nesta altura.

Tal como consta da informação foi feita há acerca de um mês, uma primeira proposta provisória de ordenamento, envolvendo já os perímetros. Há ainda algumas etapas a resolver, mas de facto a REN está ligeiramente à frente da RAN, embora esta tenha vindo a evoluir e os trabalhos tenham sido muito positivos com todas as entidades

### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, disse que na página eletrónica da Câmara, não consta a evolução do processo e o que lá aparece apenas diz respeito a outubro. Afinal foi ou não apresentada alguma proposta de alteração à RAN?

O senhor Vereador Jorge Mendes disse-lhe que foi apresentada uma proposta provisória da RAN e neste momento é sobre ela que se tem vindo a trabalhar.

**ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse à senhora deputada Octávia Clemente que afinal ela está preocupada com o facto de não constar atualizada a informação da revisão do PDM na página da Câmara, quando ela sabe muito bem que esta revisão já começou em 2007. Afinal como é que o anterior Executivo fez até agora?

**OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra disse que a cronologia da revisão do PDM é bem conhecida. O Dr. Jorge Mendes sempre questionou o anterior Executivo acerca deste assunto. Neste espaço de tempo muita da legislação sofreu alterações. O PS não paralisou este assunto desde 2007. Aliás, na Comissão da Reserva Agrícola, tiveram muitos entraves. As vicissitudes do PDM foram sempre dadas a conhecer à Câmara. Também neste espaço de tempo, a empresa que estudava as alterações abriu insolvência, o que obrigou a que o processo parasse. Em setembro de 2012, reiniciou-se todo o processo. Da parte do PS foram-se sempre esforçando para fazer o melhor, mas o processo é longo e demorado. Espera que apesar de tudo chegue ao fim.

**ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse à oradora anterior que pelas suas palavras até parece razoável que não se tenha revisto o PDM desde 2006 até 2013. Em maio de 2013 adjudicaram o contrato a 3 meses das eleições. A equipa que hoje trabalha na revisão do PDM tem elementos da equipa anterior. Pede um esclarecimento acerca de todo o processo.

**CANDIDO MOREIRA – PRESIDENTE DA JUNTA DE PADRONELO**

Usou da palavra para dizer que devemos discutir política e não humilhar este ou aquele. Apelou ao bom senso.

**OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra disse que havia da parte do Dr. Araújo muita demagogia. Disse-lhe que foi hoje ofendida por mais que uma vez.

**ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, perguntou à Dra. Octávia onde é que a ofendeu, porque não presumiu o seu conhecimento ou a falta dele. Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Padronelo, disse que os deputados do PSD não aceitam lições de moral vindas da parte dele. Quanto ao contrato do PDM, rematou dizendo que deviam-no ter resolvido antes de 2013. O PSD sempre disse que era preciso adjudicar o contrato, mas não a esta equipa.

**PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA RELATIVA À PROPOSTA DE SUBSIDIO DE ARRENDAMENTO**

Relativamente a este ponto começou por usar da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que deu uma breve explicação, dizendo que este ponto foi apresentado pelos Vereadores do PS. Não o põe em causa, mas uma vez que os técnicos estão a trabalhar sobre este e outros regulamentos, poder-se-ia ter esperado para o mês de



abril, porque pensa que nessa altura será apresentado um novo código regulamentar. Para essa altura e de acordo com as orientações dos técnicos, podiam e deviam fazer-se as grandes correções. Nestas alturas devia imperar o bom senso. Daqui a muito pouco tempo vamos estar aqui, de novo, a discutir este problema, porque certamente aparecerá uma nova proposta. Daí ser preferível que a atual proposta não seja hoje aprovada.

### **FLÁVIA QUEIRÓS – AMARANTE SOMOS TODOS**

Relativamente a este assunto, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“A proposta da Câmara relativa à alteração à medida de “Subsídio de Arrendamento”, representa uma alteração ao Código Regulamentar, consubstanciada, essencialmente, em três alterações:

- Alargamento do prazo máximo de atribuição de subsídio ao arrendamento para cinco anos;

- Fixação de uma comparticipação máxima inicial de 70% e estabelecimento de uma redução para 50% no quarto ano e 30% no quinto e último ano;

- Avaliação das candidaturas em contínuo;

Atendendo às consequências sociais de agravamento da crise económica e social, à realidade social no concelho, com o aumento de pessoas em situação de desemprego e aumento do trabalho precário, mostra-se necessário dar uma resposta mais eficaz ao acesso à habitação pelos cidadãos mais necessitados, reforçando e garantindo o exercício deste direito fundamental.

O Movimento Independente “Amarante Somos Todos” vota favoravelmente esta proposta, pois entende que contribui para a prevenção de um universo de famílias amarantinas carenciadas, com sérios riscos de exclusão e pobreza, possibilitando, assim, uma resposta mais eficaz e adequada às suas reais necessidades”.

### **ANA RITA BATISTA – PSD**

No uso da palavra, a senhora deputada disse que as medidas a adotar devem ser sempre as melhores, procurando ir sempre ao encontro das necessidades das pessoas. Neste momento, todo o código regulamentar do Município deve ser alterado até por força das novas alterações à lei.

O subsídio ao arrendamento deve estar previsto para quem realmente necessite dele. Não aprovar agora este documento, e uma vez que brevemente vai ser apresentado um outro, evita-nos incongruências e gastos acrescidos.

### **ANTÓNIO MANUEL TOMAS – CDS/PP**

No uso da palavra, disse que iria votar contra a medida preventiva. A proposta devia vir acompanhada com um parecer técnico e só depois ser discutida seriamente.

### **ANTÓNIO ARAÚJO – PSD**

No uso da palavra, disse que apesar de analisarmos agora esta proposta, todos sabemos que dentro de pouco tempo vai ser necessária uma revisão mais abrangente a todos os regulamentos. Vamos duplicar trabalho e custos desnecessários. Devia ter-se procurado uma outra forma e o timing certo. Vai fazer-se a publicação das alterações, para dentro de um mês termos de alterar tudo de novo. Isso sim faria sentido. Votam contra a proposta, com toda a convicção.

### **HUGO CARVALHO – PS**

No uso da palavra, disse que ia usar de boa fé. Quem ouvir este debate, fica com a sensação que o ano civil, para alguns, só começa em abril. Temos de ser ágeis. Parece que os técnicos da Câmara também já podem elaborar propostas. Os eleitos do

PSD parece que ficaram incomodados pelo facto do PS ter apresentado uma proposta, mas esquecem-se que eles também estão cá para isso.

#### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, disse que esta não é a primeira vez que se discute sobre o subsídio ao arrendamento. Esta proposta aparece agora, porque as condições alteraram-se muito desde a primeira proposta até agora. Podiam ter apresentado outra proposta de alteração na devida altura. Vão votar a favor da proposta, até para que um maior número de pessoas possa vir a beneficiar da medida. Em abril não lhe parece muito provável que apareça uma nova proposta.

#### **DR. ANTÓNIO ARAUJO – PSD**

No uso da palavra, dirigiu-se ao senhor deputado Hugo Carvalho, para lhe dizer a nova estrutura implica a revisão do código regulamentar. A primeira proposta, a do PS, foi feita em parceria com o PSD. Era de bom senso esperar pelas novas alterações.

Entretanto usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** que disse que o que estava em causa é uma proposta da Câmara e não mais que isso. É apenas isso que devemos discutir e votar.

#### **DR. ANTÓNIO ARAUJO – PSD**

Retomada a palavra disse que em tempos o senhor Dr. Armindo Abreu, defendia os orçamentos até ao limite. Hoje está contra.

Entretanto o senhor Presidente da Assembleia usou de novo a palavra para dizer que não defende a proposta. A proposta é da Câmara, e é essa que deve ser discutida.

#### **JOSÉ LUÍS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA**

No uso da palavra, disse que admira o grau de exigência que o senhor Presidente da Assembleia tem em relação ao Regimento e à Lei. Afirmou a seguir que proposta não foi apresentada com seriedade política. Terminou perguntando se agora os técnicos são importantes ou não?

#### **OCTÁVIA CLEMENTE – PS**

No uso da palavra, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se é falta de seriedade política apresentar uma contraproposta a uma proposta que está em discussão.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu-lhe que na vida temos de ser coerentes. Tem de haver bom senso nas atitudes que se tomam.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto.

Apurou-se o seguinte resultado: **VOTOS CONTRA – 22, ABSTENÇÕES – 01, VOTOS A FAVOR – 29**

A proposta foi também votada em minuta, para poder produzir efeitos imediatos, e foi aprovada por unanimidade.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram zero horas e quarenta minutos do dia um de março. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

#### **O PRESIDENTE**

---

**O PRIMEIRO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_

**O SEGUNDO SECRETÁRIO** \_\_\_\_\_